



I - A
S É R I E

Esta 1.^a série do *Diário da República* é apenas constituída pela parte A

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República

Decreto do Presidente da República n.º 4/96:

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Bulgária para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Sófia a 15 de Junho de 1995 792

Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 14/96:

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Bulgária para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento 792

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Aviso n.º 83/96:

Torna público terem os Governos da Polónia, de Cuba e da Letónia depositado os instrumentos de adesão à Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias ... 817

Aviso n.º 84/96:

Torna público ter Portugal assinado o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Geral sobre Privilégios e Imunidades do Conselho da Europa 818

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 29/96:

Institui um novo enquadramento legal do Serviço de Centralização de Riscos do Crédito 818

Decreto-Lei n.º 30/96:

Estrutura o Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas 819

Ministério para a Qualificação e o Emprego

Decreto-Lei n.º 31/96:

Prorroga por seis meses, a contar de 1 de Janeiro de 1996, a vigência do Decreto-Lei n.º 25/93, de 5 de Fevereiro, e dos artigos 2.º, 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 46/95, de 3 de Março, que criam um regime especial de apoio aos despachantes oficiais e seus trabalhadores 820

Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Decreto-Lei n.º 32/96:

Altera a data de entrada em vigor da nova Lei Orgânica do Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social 820

Supremo Tribunal Administrativo

Anúncio n.º 4/96:

Pedido de declaração de ilegalidade, com força obrigatória geral, das Portarias n.ºs 734-A/90, de 24 de Agosto, e 189/93, de 8 de Setembro, emitidas pelos Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças 821

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 4/96

de 11 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 138.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Bulgária para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Sófia a 15 de Junho de 1995 e aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 14/96, em 25 de Janeiro de 1996.

Assinado em 8 de Março de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Refendado em 13 de Março de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 14/96

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Bulgária para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 164.º, alínea j), e 169.º, n.º 5, da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Bulgária para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Sófia, a 15 de Junho de 1995, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, búlgara e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 25 de Janeiro de 1996.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA BULGÁRIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

A República Portuguesa e a República da Bulgária, desejando concluir uma convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, acordaram no seguinte:

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação da Convenção

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os impostos sobre o montante global dos salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são:

a) Relativamente a Portugal:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares IRS;
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas IRC; e
- iii) A derrama;

(a seguir referidos pela designação de «imposto português»);

b) Relativamente à Bulgária:

- i) O imposto sobre o rendimento global;
- ii) O imposto sobre lucros;

(a seguir referidos pela designação «imposto búlgaro»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações substanciais introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem jurisdição ou direitos de soberania relativos à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;
- b) O termo «Bulgária» significa a República da Bulgária e, quando utilizado no sentido geo-

gráfico, significa o território e o mar territorial sobre os quais exerce a sua soberania de Estado e, bem assim, a plataforma continental e a Zona Económica Exclusiva, relativamente às quais tem direitos de soberania ou jurisdição em conformidade com o direito internacional;

- c) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou a Bulgária, consoante resulte do contexto;
- d) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma pessoa jurídica, uma sociedade ou qualquer outro agrupamento de pessoas;
- e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
- f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio, aeronave ou veículo de transporte rodoviário explorado por uma empresa cuja direcção efectiva esteja situada num Estado Contratante, excepto se o navio, aeronave ou veículo de transporte rodoviário for explorado somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- h) A expressão «autoridade competente» significa:
 - i) No caso de Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral das Contribuições e Impostos ou o seu representante autorizado;
 - ii) No caso da Bulgária, o Ministro das Finanças ou o seu representante autorizado;

i) O termo «nacional» designa:

- i) Uma pessoa singular que tenha a nacionalidade de um Estado Contratante; e
- ii) Uma pessoa colectiva, associação ou outra entidade constituída de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante.

2 — No que se refere à aplicação da Convenção, num dado momento, por um Estado Contratante, qualquer expressão não definida de outro modo deverá ter, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado que regula os impostos a que a Convenção se aplica, prevalecendo a interpretação resultante desta legislação fiscal sobre a que decorra de outra legislação deste Estado.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, uma pessoa é residente de um Estado Contratante:

- a) No caso da Bulgária, se, por virtude da legislação interna desse Estado, está aí sujeita a tributação devido à sua nacionalidade, sede ou registo;

- b) No caso de Portugal, se está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, residência, local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar.

Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) Será considerada residente do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);
- b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado, será considerada residente do Estado em que permanece habitualmente;
- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, em virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina;
- f) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer local de extracção de recursos naturais.

3 — Um local ou um estaleiro de construção, de instalação ou de montagem só constitui um estabelecimento estável se a sua duração exceder 12 meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para as armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para serem transformadas por outra empresa;

- d) Uma instalação fixa, mantida unicamente para comprar mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa, mantida unicamente para exercer para a empresa qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa, mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa que não seja um agente independente, a que é aplicável o n.º 6 actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer actividade que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as actividades de tal pessoa se limitem às indicadas no n.º 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerça a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável quer de outro modo) não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

CAPÍTULO III

Tributação dos rendimentos

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios, aeronaves e veículos de transporte rodoviário não são considerados bens imobiliários.

3 — A disposição do n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

5 — As disposições anteriores aplicam-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens mobiliários ou rendimentos de serviços conexos com o uso ou a concessão do uso da propriedade imobiliária que, de acordo com o direito fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados, sejam assimilados aos rendimentos derivados dos bens imobiliários.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares nas mesmas condições ou em condições similares e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

5 — Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

6 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

Artigo 8.º

Transporte internacional

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios, aeronaves ou veículos de transporte rodoviário no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

2 — Se a direcção efectiva de uma empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, a direcção efectiva considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver regis-

tado, ou, na falta de porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou
- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e em ambos os casos as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, consequentemente, tributados.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa deste Estado e tributar nessa conformidade os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada neste outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado, se as condições impostas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos, se este outro Estado considerar o ajustamento justificado.

Na determinação deste ajustamento serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efectivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15% do montante bruto dos dividendos.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar estes limites.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, se o beneficiário efectivo for uma sociedade que, durante um período ininterrupto de dois anos anteriormente ao pagamento dos dividendos, detenha directamente pelo menos 25% do capital social da sociedade que paga os dividendos, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto dos dividendos pagos depois de 31 de Dezembro de 1996.

4 — O termo «dividendos», usado neste artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, acções privilegiadas ou outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais sujeitas ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

5 — O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efectivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto dos juros.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, os juros provenientes de um dos Estados Contratantes serão isentos de imposto nesse Estado:

- a) Se o devedor dos juros for o Governo do dito Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma sua autarquia local; ou

- b) Se os juros forem pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma sua autarquia local ou a uma instituição ou organismo (incluídas as instituições financeiras) por virtude de financiamentos por eles concedidos no âmbito de acordos concluídos entre os Governos dos Estados Contratantes; ou
- c) Relativamente a empréstimos ou a créditos concedidos pelos bancos centrais dos Estados Contratantes e por qualquer outra instituição financeira controlada pelo Estado e financiadora da actividade económica externa, e que seja acordada entre as autoridades competentes dos Estados Contratantes.

4 — O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor, e, nomeadamente, os rendimentos da dívida pública de obrigações de empréstimos, incluindo prémios atinentes a esses títulos. Para efeitos deste artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

5 — O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que provêm os juros por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse próprio Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiver situado.

7 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Royalties

1 — As *royalties* provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Todavia, essas *royalties* podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se a pessoa que receber as *royalties* for o seu beneficiário efectivo,

o imposto assim estabelecido não poderá exercer 10 % do montante bruto das *royalties*.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — O termo «*royalties*», usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, bem como os filmes para vídeo, os filmes ou gravações para transmissão pela rádio ou televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico e por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo das *royalties*, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm as *royalties* uma actividade industrial ou comercial por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual as *royalties* são pagas estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — As *royalties* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor das *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento das *royalties* e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento dessas *royalties*, tais *royalties* são consideradas provenientes do Estado em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *royalties*, tendo em conta o uso, o direito ou as informações pelos quais são pagas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo, na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários considerados no artigo 6.º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um

residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos provenientes da alienação de navios, aeronaves ou veículos de transporte rodoviário utilizados no tráfego internacional, ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios, aeronaves ou veículos de transporte rodoviário, só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

4 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2 e 3 só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que esse residente disponha, de forma habitual, no outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades. Neste último caso, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa.

2 — A expressão «profissões liberais» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, dentistas, advogados, engenheiros, arquitectos e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º, os salários, ordenados e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ter tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de 12 meses em causa; e
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio, de uma aeronave ou veículo de transporte rodoviário explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

Artigo 16.º

Percentagens de membros de conselhos

As percentagens, senhas de presença e remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou de qualquer órgão similar de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º, e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2 deste artigo, os rendimentos mencionados neste artigo serão isentos de imposto no Estado Contratante onde é exercida a actividade do profissional de espectáculos ou do desportista, se essas actividades forem financiadas principalmente através de fundos públicos desse Estado Contratante ou do outro Estado, ou se essas actividades forem exercidas ao abrigo de um acordo cultural entre os Estados Contratantes.

Artigo 18.º

Pensões

1 — Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as pensões e outras importâncias pagas nos termos da legislação relativa a segurança social de um Estado Contratante podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º

Remunerações públicas

1 — a) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares, excluindo as pensões, pagos por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou autarquias locais a uma pessoa singular em

consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Esses salários, vencimentos e outras remunerações similares só podem, contudo, ser tributados no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados neste Estado e se a pessoa singular for um residente deste Estado:

- i) Sendo seu nacional; ou
- ii) Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2 — a) As pensões pagas por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais, quer directamente, quer através de fundos por elas constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Estas pensões só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos e outras remunerações similares e, bem assim, às pensões pagas em consequência de serviços prestados em relação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais.

Artigo 20.º

Estudantes

As importâncias que um estudante ou um estagiário que é, ou foi, imediatamente antes da sua permanência num Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e cuja permanência no Estado primeiramente mencionado tem como único fim aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação, receba para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação não são tributadas nesse Estado, desde que provenham de fontes situadas fora desse Estado.

Artigo 21.º

Professores

As remunerações obtidas em consequência de ensino ou de investigação científica por uma pessoa que é, ou foi, imediatamente antes de se deslocar a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que permaneça no primeiro Estado durante um período não excedente a dois anos com o propósito de efectuar investigação científica ou de ensinar numa universidade, colégio, estabelecimento de ensino superior ou outro estabelecimento similar ficam isentas de imposto no primeiro Estado, desde que os referidos estabelecimentos pertençam a entidades sem fins lucrativos.

Artigo 22.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, e donde quer que provenham, não tratados nos artigos anteriores desta Convenção, só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável nele situado ou que exerce nesse outro Estado uma profissão independente através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade em relação ao qual o rendimento é pago efectivamente ligado com esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

CAPÍTULO IV

Métodos para eliminar as duplas tributações

Artigo 23.º

Eliminação da dupla tributação

A dupla tributação será eliminada do seguinte modo:

1) Na República da Bulgária, a dupla tributação será eliminada do seguinte modo:

- a) Quando um residente da Bulgária obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados em Portugal, a Bulgária isentará de imposto esses rendimentos, com ressalva do disposto nas alíneas c) e b);
- b) Quando um residente da Bulgária obtiver elementos do rendimento que, de acordo com as disposições dos artigos 10.º, 11.º e 12.º, possam ser tributados em Portugal, a Bulgária deduzirá do imposto sobre o rendimento desse residente uma importância igual ao imposto pago em Portugal. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto, calculado antes da dedução, correspondente aos elementos do rendimento obtidos em Portugal; e
- c) Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente da Bulgária for isento de imposto na Bulgária, a Bulgária poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o resto dos rendimentos desse residente, ter em conta o rendimento isento;

2) Na República Portuguesa, a dupla tributação será eliminada do seguinte modo:

- a) Quando um residente de Portugal obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados na Bulgária, Portugal deduzirá do imposto sobre o rendimento desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago na Bulgária. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados na Bulgária; e

- b) Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente de Portugal for isento de imposto neste Estado, Portugal poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o resto dos rendimentos desse residente, ter em conta o rendimento isento.

CAPÍTULO V

Disposições especiais

Artigo 24.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferentes ou mais gravosas que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 7 do artigo 11.º ou no n.º 6 do artigo 12.º, os juros, *royalties* e outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se fossem pagas a um residente do Estado primeiramente mencionado. De igual modo, quaisquer dívidas de uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para o efeito de determinar o capital tributável dessa empresa, nas mesmas condições, como se fossem contraídas para com um residente do primeiro Estado.

4 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

5 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 25.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está compreendido no n.º 1 do artigo 24.º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der causa à tributação não conforme com o disposto na Convenção.

2 — Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com a Convenção. O acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção. Poderão também consultar-se a fim de eliminar a dupla tributação em casos não previstos pela Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, inclusivamente através de uma comissão mista constituída por essas autoridades ou pelos seus representantes, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 26.º

Troca de informações

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar esta Convenção ou as leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas, do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades administrativas) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção, ou dos procedimentos declarativos ou executivos relativos a estes impostos, ou da decisão de recursos referentes a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser reveladas no decurso de audiências públicas de tribunais ou de sentença judicial.

2 — O disposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) De transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27.º

Membros das missões diplomáticas e postos consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros das missões diplomáticas e postos consulares em virtude de regras gerais de direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 28.º

Entrada em vigor

1 — A presente Convenção será ratificada e os instrumentos da ratificação serão trocados em . . . , o mais cedo possível.

2 — A Convenção entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicáveis:

a) Na Bulgária:

- i) Aos impostos devidos na fonte, relativamente aos rendimentos auferidos em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;
- ii) Aos demais impostos sobre o rendimento, relativamente aos impostos cobrados em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;

b) Em Portugal:

- i) Aos impostos devidos na fonte, cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção; e
- ii) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção.

Artigo 29.º

Denúncia

A presente Convenção estará em vigor enquanto não for denunciada por um Estado Contratante. Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a Convenção por via diplomática, mediante um aviso prévio mínimo de seis meses antes do fim de qualquer ano civil posterior ao período de cinco anos a contar da data da entrada em vigor da Convenção. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

a) Na Bulgária:

- i) Aos impostos devidos na fonte, relativamente aos rendimentos auferidos em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao ano em que o aviso ocorre;
- ii) Aos demais impostos sobre o rendimento, relativamente aos impostos cobrados em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao ano em que o aviso ocorre;

b) Em Portugal:

- i) Aos impostos devidos na fonte, cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro imediatamente seguinte à data em que o período referido no aviso de denúncia expira;
- ii) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro imediatamente seguinte à data em que o período referido no aviso de denúncia expira.

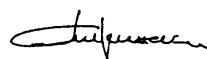
Em testemunho do que os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em duplicado, em Sófia, aos 15 dias do mês de Junho de 1995, nas línguas portuguesa, búlgara e inglesa. No caso de divergência de interpretação ou de aplicação, prevalecerá o texto inglês.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Bulgária:



PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre a República Portuguesa e a República da Bulgária para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, os Esta-

dos Contratantes acordaram nas disposições seguintes, que fazem parte integrante da Convenção:

1 — Relativamente ao artigo 4.º, n.º 1

Qualquer pessoa que seja um nacional da Bulgária e residente de um país terceiro e que aufera rendimento de fonte portuguesa não usufruirá dos benefícios previstos nos termos do disposto na presente Convenção.

2 — Relativamente ao artigo 10.º, n.º 4

i) No caso de Portugal, por acções privilegiadas entende-se as acções que conferem aos respectivos titulares uma preferência, quer no que se refere à percepção de dividendos, quer ao pagamento em caso de liquidação, ou a ambos. Compreendem, nomeadamente, as acções ou direitos de fruição (*jouissance*), acções de minas e acções de fundadores.

ii) As disposições deste artigo aplicam-se igualmente ao rendimento pago a um associado de uma actividade comercial exercida por outrem ao abrigo de um acordo de participação no rendimento, como estabelecido pela legislação de cada Estado Contratante (no caso de Portugal, associação em participação).

Em testemunho que os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Protocolo.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Bulgária:



СПОГОДБА

МЕЖДУ

ПОРТУГАЛСКАТА РЕПУБЛИКА

И

РЕПУБЛИКА БЪЛГАРИЯ

ЗА

ИЗБЯГВАНЕ НА ДВОЙНОТО ДАНЪЧНО

ОБЛАГАНЕ И ПРЕДОТВРЯВАНЕ ОТКЛОНЕНИЕТО
ОТ ОБЛАГАНЕ С ДАНЪЦИ НА ДОХОДИТЕ

Португалската Република и Република България, желаейки да сключат спогодба за избягване на двойното данъчно облагане и предотвратяване отклонението от облагане с данъци на доходите, се договориха както следва:

ГЛАВА I

ОБХВАТ НА СПОГОДБАТА

Член 1

ОБХВАТ ПО ОТНОШЕНИЕ НА ЛИЦАТА

Тази спогодба се прилага спрямо лица, които са местни лица на едната или на двете договарящи се държави.

Член 2

ДАНЪЦИ, ЗА КОИТО СЕ ПРИЛАГА СПОГОДБАТА

1. Тази спогодба се прилага за данъци върху доходите, налагани от страна на всяка договаряща държава, нейни политически подразделения или органи на местна власт, независимо от начина на тяхното събиране.

2. За данъци върху доходите се считат всички данъци върху общия доход или върху отделни елементи на доходите, включително данъците върху приходи от отчуждаване на движимо или недвижимо имущество, данъците върху общата сума на надниците и заплатите, изплащани от предприятията, както и данъците върху нарастването на имуществото.

3. Съществуващите данъци, за които се прилага тази спогодба са по-конкретно:

a) за Португалия:

i) данъкът върху дохода на физическите лица (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS);

ii) данъкът върху дохода на юридическите лица (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC);

iii) местният данък върху данъка върху дохода на юридическите лица (Derrama);

(по-нататък наричани "португалски данъци");

b) за България:

i) данъкът върху общия доход;

ii) данъкът върху печалбата.

(по-нататък наричани "български данъци").

4. Спогодбата ще се прилага и за всички еднакви или подобни по естеството си данъци, които ще се събират след датата на подписване на спогодбата като допълнение или вместо съществуващите данъци. Компетентните органи на договарящите се държави ще се уведомяват взаимно за всички съществени изменения, извършени в съответните им данъчни закони.

Глава II

ОПРЕДЕЛЕНИЯ

Член 3

ОБЩИ ОПРЕДЕЛЕНИЯ

1. За целите на тази спогодба, освен ако контекстът не изисква друго:

a) терминът "Португалия" означава територията на Португалската Република, разположена на европейския континент, архипелазите Азорс и Мадейра, съответстващото териториално море и всяка друга зона, върху която в съответствие със законодателството на Португалия и международното право, Португалската Република упражнява своята юрисдикция или суверенни права по отношение на проучването и добиването на природни богатства от морското дъно и подпочва, както и от прилежащите води;

b) терминът "България" означава Република България, а когато е употребен в географски смисъл, означава територията и териториалното море, върху която тя упражнява своя държавен суверенитет, а така също континенталният шелф и изключителната икономическа зона, върху които тя упражнява суверенни права и юрисдикция в съответствие с международното право.

в) термините "едната договаряща държава" и "другата договаряща държава" означават Португалия или България, според изискванията на контекста;

г) терминът "лице" означава физическо лице, юридическо лице, дружество или всяко друго сдружение от лица;

д) терминът "дружество" означава всяко корпоративно тяло или общност, която се счита за корпоративно тяло за целите на данъчното облагане;

е) термините "предприятие на едната договаряща държава" и "предприятие на другата договаряща държава" означават съответно предприятие, ръководено от местно лице на едната договаряща държава и предприятие, ръководено от местно лице на другата договаряща държава;

ж) терминът "международен транспорт" означава всеки превоз с кораб, самолет или шосейно транспортно средство извършван от предприятие, чието място на действително управление се намира в едната договаряща държава, освен когато корабът, самолетът или шосейното транспортно средство се експлоатира изключително между места намиращи се в другата договаряща държава;

з) терминът "компетентен орган" означава:

(i) по отношение на Португалия - министърът на финансите, генералният директор на данъчното облагане (Director-Geral das Contribuicoes e Impostos) или техни упълномощени представители;

(ii) по отношение на България - министърът на финансите или негов упълномощен представител;

и) терминът "гражданин" означава:

(i) всяко физическо лице, притежаващо гражданството на една от договарящите държави;

(ii) всяко юридическо лице, асоциация или друга общност, чието правно положение се определя от законодателството на договарящите се държави;

2. При прилагането на спогодбата към определен момент от всяка от договарящите се държави, всеки термин, който не е изрично определен, ще има значението, което към този момент му придава законодателството на тази договаряща държава за данъците, за които се прилага спогодбата, освен ако от контекста не се налага друго. Всяко значение, определено съгласно приложимото данъчно законодателство на тази държава, ще е меродавно по отношение на значението, определено в други закони на тази държава.

Член 4

МЕСТНО ЛИЦЕ

1. За целите на тази спогодба едно лице е местно лице на едната договаряща държава:

а) за България, ако лицето подлежи на данъчно облагане съобразно българското законодателство поради своето гражданство, седалище на управление или регистрация;

б) за Португалия, ако лицето подлежи на облагане там поради своето местожителство, местопребиваване, място на управление или друг критерий от подобен характер.

Но този термин не включва лице, което подлежи на данъчно облагане в тази държава само по отношение на доходи от източници в тази държава.

2. Ако в съответствие с разпоредбите на ал. 1 едно физическо лице е местно и на двете договарящи се държави, неговото положение се определя както следва:

а) то се счита за местно лице на тази договаряща държава, с която има най-тесни лични и икономически връзки (център на жизнените интереси).

б) ако държавата, в която се намира центърът на жизнените му интереси не може да бъде определена, то се счита за местно лице на държавата, в която обичайно пребивава;

в) ако то обичайно пребивава в двете държави или в нито една от тях, компетентните органи на договарящите се държави ще решат въпроса чрез взаимно споразумение.

3. Когато съгласно разпоредбите на ал. 1 лице, което не е физическо лице, е местно лице на двете договарящи държави, то се счита за местно лице на държавата, в която се намира мястото на действителното му управление.

Член 5

МЯСТО НА СТОПАНСКА ДЕЙНОСТ

1. За целите на тази спогодба терминът "място на стопанска дейност" означава определено място на дейност, чрез което едно предприятие извършва цялостно или частично стопанската си дейност.

2. Терминът "място на стопанска дейност" включва по-специално:

а) място на управление;

б) клон;

в) офис;

г) фабрика;

д) работилница; и

е) мина, нефтен или газов кладенец, кариера или всяко друго място на добиване на природни богатства;

3. Строителна площадка или строителен, инсталационен или монтажен обект представлява място на стопанска дейност само, ако работата свързана с тях продължава повече от 12 месеца.

4. Независимо от предходните разпоредби на този член се счита, че терминът "място на стопанска дейност" не включва:

а) използването на съоръжения единствено с цел складиране, излагане или доставка на стоки, принадлежащи на предприятието;

б) поддържането на запаси от стоки, принадлежащи на предприятието, единствено с цел складиране, излагане или доставка;

в) поддържането на запаси от стоки, принадлежащи на предприятието, единствено с цел преработката им от друго предприятие;

г) поддържане на определено място изключително за покупка на стоки или за събиране на информация за предприятието;

д) поддържане на определено място, изключително за дейност, която има подготвителен или спомагателен характер за предприятието;

е) поддържане на определено място изключително за осъществяване на всяко съчетание от посочените в букви от "а" до "д" дейности, при положение, че цялостната дейност на това определено място, произтичаща от това съчетание, има подготвителен или спомагателен характер.

5. Независимо от разпоредбите на ал. 1 и 2, когато лице, което не е представител с независим статут за когото се прилага разпоредбата на ал. 6, действа от името на предприятие и има и обичайно упражнява в едната договаряща държава правото да сключва договори от името на предприятието, счита се, че това предприятие има място на стопанска дейност в тази държава по отношение на всички дейности, които това лице извършва за предприятието, освен ако дейностите на такова

лице са ограничени до посочените в ал. 4, които, ако се извършват чрез определено място, не биха направили това определено място място на стопанска дейност, съгласно разпоредбите на тази алинея.

6. Не се счита, че едно предприятие има място на стопанска дейност в едната договаряща държава само защото то извършва дейност в тази държава посредством брокер, комисионер или друг представител с независим статут, при условие, че такива лица действуват в обичайните граници на своята дейност.

7. Обстоятелството, че дружество, което е местно лице на едната договаряща държава, контролира или е контролирано от дружество, което е местно лице на другата държава или което извършва стопанска дейност в тази друга държава (чрез място на стопанска дейност или по друг начин), не е основание да се счита което и да е от дружествата за място на стопанска дейност на другото.

ГЛАВА III

ДАНЪЧНО ОБЛАГАНЕ НА ДОХОДИТЕ

Член 6

ДОХОДИ ОТ НЕДВИЖИМО ИМУЩЕСТВО

1. Доходи, получени от местно лице на едната договаряща държава от недвижимо имущество (включително доходи от селско и горско стопанство), намиращо се в другата договаряща държава, могат да се облагат с данъци в тази друга държава.

2. Терминът "недвижимо имущество" има съдържанието, което му придава законодателството на договарящата държава, в която се намира въпросното имущество. Терминът във всички случаи включва имуществото, принадлежащо към недвижимото имущество, добитък и оборудване, използвани в селското и горското стопанство, правата, спрямо които се прилагат разпоредбите на общото законодателство относно поземлената собственост, плодотолзуването на недвижимо имущество, както и правата върху променливи или определени по размера си плащания, представляващи компенсация за разработването или за предоставяне на правото за разработване на минерални залежи, извори и други природни ресурси. Кораби, самолети и шосейни транспортни средства не се считат за недвижимо имущество.

3. Разпоредбите на ал. 1 се прилагат и по отношение на доходи, получени от пряко използване, отдаване под наем или използване под каквато и да е друга форма на недвижимо имущество.

4. Разпоредбите на ал. 1 и 3 на този член се прилагат също така и по отношение на доходи от недвижимо имущество на предприятие и по отношение на доходи от недвижимо имущество, използвано за извършване на независими лични услуги.

5. Предходните разпоредби ще се прилагат и по отношение на доходи от движимо имущество или доходи, получени за услуги, свързани с ползването или правото на ползване на недвижимо имущество, които съгласно данъчното законодателство на договарящата държава, в която е разположено въпросното имущество, са приравнени към доходи от недвижимо имущество.

Член 7

ПЕЧАЛБИ ОТ СТОПАНСКА ДЕЙНОСТ

1. Печалбите на предприятие на едната договаряща държава се облагат само в тази държава, освен ако предприятието извършва стопанска дейност в другата договаряща държава чрез намиращо се там място на стопанска дейност. Ако предприятието извършва стопанска дейност по този начин,

печалбите на предприятието могат да се облагат в другата държава, но само такава част от тях, каквато е причислима към това място на стопанска дейност.

2. Като се има предвид разпоредбата на ал. 3, когато предприятие на едната договаряща държава извършва стопанска дейност в другата договаряща държава, чрез намиращо се там място на стопанска дейност, във всяка договаряща държава към това място на стопанска дейност ще се причисляват печалбите, които то би получило, ако беше различно и отделно предприятие, извършващо същите или подобни дейности при същите или подобни условия и работещо напълно независимо от предприятието, на което то е място на стопанска дейност.

3. При определянето на печалбите от място на стопанска дейност, се допуска приспадане на разходите извършени за мястото на стопанска дейност, включително управленските и общите административни разходи, извършени както в държавата в която се намира мястото на стопанска дейност, така и на всяко друго място.

4. Не се причисляват печалби към мястото на стопанска дейност само поради обикновена покупка от това място на стопанска дейност на стоки за предприятието.

5. За целите на предходните алинеи, печалбите причислими към мястото на стопанска дейност се определят ежегодно по един и същ начин, освен ако не съществува сериозна и основателна причина за противното.

6. Когато печалбите включват елементи на доход, разгледани отделно в други членове на тази спогодба, разпоредбите на тези членове няма да се засягат от разпоредбите на този член.

Член 8

МЕЖДУНАРОДЕН ТРАНСПОРТ

1. Печалбите от експлоатация на кораби, самолети или шосейни транспортни средства в международния транспорт ще се облагат само в договарящата държава, в която се намира мястото на действително управление на предприятието.

2. Ако мястото на действително управление на корабоплавателно предприятие се намира на борда на кораб, ще се счита, че то се намира в договарящата държава, в която е разположено пристанището на домуване на кораба, или, ако няма такова пристанище на домуване - в договарящата държава, на която лицето експлоатиращо кораба е местно лице.

3. Разпоредбите на ал. 1 се прилагат и по отношение на печалбите от участие в пул, съвместна стопанска дейности или международна експлоатационна агенция.

Член 9

СВЪРЗАНИ ПРЕДПРИЯТИЯ

1. Когато:

а) предприятие на едната договаряща държава участва пряко или непряко в управлението, контрола или имуществото на предприятие на другата договаряща държава, или

б) едни и същи лица участват пряко или косвено в управлението, контрола или имуществото на предприятие на едната договаряща държава и на предприятие на другата договаряща държава,

и в двата случая между двете предприятия в техните търговските или финансовите отношения са приети или наложени условия, различни от тези, които биха били приети между независими предприятия, тогава всяка печалба, която, ако ги нямаше тези условия, би възникнала, но поради тези условия не е възникнала за едно от предприятията, може да

бъде включена в печалбите на това предприятие и съответно обложена с данъци.

2. Когато една от договарящите държави включи в печалбите на предприятие на тази държава и съответно обложи с данък печалби, по отношение на които предприятие на другата договаряща държава е било подложено на облагане с данък в тази друга държава и така включените печалби са печалби, които биха възникнали за предприятието на първата посочена държава, ако договорените условия между двете предприятия бяха такива, каквито биха били договорени между независими предприятия, то тогава тази друга държава ще направи съответното уточнение на начисления от нея данък върху тези печалби. При извършването на такова уточнение ще се вземат предвид другите разпоредби на спогодбата и компетентните органи на договарящите държави при необходимост ще се консултират един с друг.

Член 10

ДИВИДЕНТИ

1. Дивидентите, изплатени от дружество, което е местно лице на едната договаряща държава, на местно лице на другата договаряща държава могат да се облагат с данъци в тази друга държава.

2. Въпреки това, такива дивиденти могат да се облагат с данък в договарящата държава, на която дружеството, изплащащо дивидентите е местно лице и в съответствие със законодателството на тази държава, но когато притежателят на дивидентите е местно лице на другата договаряща държава наложеният данък няма да надвишава 15 на сто от brutната сума на дивидентите.

Компетентните органи на договарящите държави ще уточнят чрез взаимно споразумение начина на прилагане на тези ограничения.

Тази алинея не засяга данъчното облагане на дружеството, по отношение на печалбите, от които се изплащат дивидентите.

3. Независимо от разпоредбите на ал. 2, ако притежателят е дружество, което за непрекъснат период от две години предхождащо изплащането на дивидентите притежава пряко най-малко 25 на сто от имуществото (общественото имущество) на дружеството, изплащащо дивидентите, наложеният данък върху дивидентите платени след 31 декември 1996 г. няма да надвишава 10 на сто от тяхната brutна сума.

4. Терминът "дивиденти", употребен в този член, означава доходи от акции, привилегироваани акции или други права, с изключение на вземания за дълг, даващи право на участие в печалбите, както и доходи от други корпоративни права, които са подчинени на същия данъчен режим като доходи от акции в съответствие със законодателството на държавата, на която дружеството, извършващо разпределението е местно лице.

5. Разпоредбите на ал. 1, 2 и 3 не се прилагат, ако притежателят на дивидентите, който е местно лице на едната договаряща държава, извършва стопанска дейност в другата договаряща държава, на която е местно лице дружеството, изплащащо дивидентите, чрез място на стопанска дейност разположено там, или упражнява в тази друга държава независими лични услуги чрез определена база, разположена там, и участието, във връзка с което се изплащат дивидентите е действително свързано с това място на стопанска дейност или определена база. В този случай се прилагат съответно разпоредбите на членове 7 или 14, съобразно случая.

6. Когато дружество, което е местно лице на едната договаряща държава, получава печалби или доходи от другата договаряща държава, тази друга държава не може да налага никакъв данък върху дивидентите, платени от дружеството, освен доколкото тези дивиденти са платени на местно лице на тази друга държава или доколкото участието, във връзка с което

са платени дивидентите е действително свързано с място на стопанска дейност или определена база, намиращи се в тази друга държава, нито да облага неразпределените печалби на дружеството с данък върху неразпределените печалби, дори ако изплатените дивиденти или неразпределените печалби се състоят изцяло или частично от печалби или доходи произхождащи в тази друга държава.

Член 11

ЛИХВИ

1. Лихвите, възникващи в едната договаряща държава и платени на местно лице на другата договаряща държава могат да се облагат с данък в тази друга държава.

2. Въпреки това, тези лихви могат да бъдат облагани с данък и в договарящата държава, в която възникват и съобразно законодателството на тази държава, но когато притежателят на лихвите е местно лице на другата договаряща държава, наложеният данък няма да надвишава 10 на сто от brutната сума на лихвите.

Компетентните органи на договарящите се държави ще уточнят чрез взаимно споразумение начина на прилагане на това ограничение.

3. Независимо от разпоредбите на ал. 2, лихвите възникващи в едната договаряща държава се освобождават от облагане с данък в тази държава:

а) ако длъжник на лихвите е Правителството на тази държава, нейно политическо или административно подразделение или орган на местна власт; или

б) ако лихвите са платени на Правителството на другата договаряща държава, неин орган на местна власт, институция или образувание (включително и финансова институция) във връзка със заеми, отпуснати от тях по силата на споразумение между правителствата на договарящите държави; или

в) по отношение на заеми или кредити, отпуснати от Централните банки на договарящите държави и всякаква друга финансова институция, контролирана от държавата и финансираща външнотърговската дейност, за което може да се постигне споразумение между компетентните органи на договарящите държави.

4. Терминът "лихви", използван в този член, означава доход от вземания за дълг от всякакъв вид, независимо от това дали са обезпечени или не с ипотека и носещи или не правото за участие в печалбите на длъжника и по-специално доходи от държавни ценни книжа и доходи от бонове и облигации, включително от премии и награди, свързани с такива ценни книжа, бонове или облигации. Санкции за закъснели плащания не се считат за лихви за целите на този член.

5. Разпоредбите на ал. 1, 2 и 3 няма да се прилагат, ако притежателят на лихвите, който е местно лице на едната договаряща държава, извършва стопанска дейност в другата договаряща държава, от която произхождат лихвите, посредством намиращо се там място на стопанска дейност или извършва в тази друга държава независими лични услуги чрез определена база, разположена там и вземането за дълг, във връзка с което се плащат лихвите е действително свързано с такова място на стопанска дейност или определена база. В такъв случай се прилагат съответно разпоредбите на чл. 7 или 14, съобразно случая.

6. Лихвите се считат за възникнали в едната договаряща държава, когато платец е местно лице на тази държава. Когато обаче, платецът на лихвите, независимо дали е местно лице на едната договаряща държава или не, притежава в една от договарящите държави място на стопанска дейност или определена база, във връзка с които е възникнал дългът, който поражда плащането на лихвите и тези лихви са свързани с

такова място на стопанска дейност или определена база, ще се счита, че тези лихви произхождат от договарящата държава, в която се намира мястото на стопанска дейност или определената база.

7. Когато поради особените взаимоотношения между платеща и притежателя на лихвите или между тях двамата и някое друго лице сумата на лихвите, като се има предвид задължението, за което се изплащат, надвишава сумата, която би била договорена между платеща и притежателя при липсата на тези особени взаимоотношения, разпоредбите на този член се прилагат само по отношение на последната сума. В такъв случай, надвишаващата сума се облага съобразно законодателството на всяка от договарящите се държави, като съответно се имат предвид останалите разпоредби на тази спогодба.

Член 12

АВТОРСКИ И ЛИЦЕНЗИОННИ ВЪЗНАГРАЖДЕНИЯ

1. Авторските и лицензионните възнаграждения, произхождащи от едната договаряща държава и изплатени на местно лице на другата договаряща държава, могат да се облагат с данъци в тази друга държава.

2. Такива авторски и лицензионни възнаграждения, обаче, могат да се облагат с данъци и в договарящата държава от която произхождат и съобразно законодателството на тази държава, но ако получателят е и притежател на авторските и лицензионните възнаграждения, така наложеният данък няма да надвишава 10 на сто от brutния размер на дохода от авторските и лицензионните възнаграждения. Компетентните органи на договарящите се държави ще уточнят чрез взаимен споразумение начина на прилагане на това ограничение.

3. Терминът "авторски и лицензионни възнаграждения", използван в този член, означава плащания от всякакъв вид, получени за използване или за правото на използване на всяко авторско право за литературно, художествено или научен произведение, включително кинофилми, видеофилми или филми или записи за радио или телевизионно предаване, на всеки патент, търговска марка, чертеж или модел, план, секретна формула или процес, или за използване или за правото на използване на промишлено, търговско или научно оборудване, или за информация, отнасяща се до промишлен, търговски или научен опит.

4. Разпоредбите на алинеи 1 и 2 не се прилагат, ако притежателят на авторските и лицензионните възнаграждения като местно лице на едната договаряща държава, извършва стопанска дейност в другата договаряща държава, от която произхождат авторските и лицензионните възнаграждения, чрез място на стопанска дейност разположено там, или извършва в тази друга държава независими лични услуги чрез определена база разположена там, и правото или собствеността, във връзка с които се изплащат авторските и лицензионните възнаграждения, е действително свързано с такова място на стопанска дейност или определена база. В такъв случай се прилагат съответно разпоредбите на член 7 или 14, съобразно случая.

5. Авторските и лицензионните възнаграждения ще се считат за възникнали в едната договаряща държава, когато платещт е местно лице на тази държава. Когато, обаче, платещт на авторските и лицензионните възнаграждения, независимо дали е местно лице на една от договарящите държави или не, притежава в една от договарящите държави място на стопанска дейност или определена база, във връзка с които възниква задължението за изплащане на авторските и лицензионните възнаграждения, и тези авторски и лицензионни възнаграждения произхождат от такова място на стопанска дейност или определена база, то тогава ще се счита, че те възникват в договарящата държава, в която се намира мястото на стопанска дейност или определената база.

6. Когато, поради особените взаимоотношения между платеща и притежателя или между тях двамата и някое трето лице сумата на авторските и лицензионните възнаграждения, като се има предвид използването, правото или информацията, за които те се плащат, надвишава сумата, която би била договорена между платеща и притежателя при липсата на такива особени взаимоотношения, разпоредбите на този член ще се прилагат само по отношение на последната сума. В такъв случай надвишаващата сума ще се облага съобразно законодателството на всяка от договарящите държави, като се имат предвид останалите разпоредби на тази спогодба.

Член 13

ПЕЧАЛБИ ОТ ПРЕХВЪРЛЯНЕ НА ИМУЩЕСТВО

1. Печалбите на местно лице на едната договаряща държава от прехвърляне на недвижимо имущество, посочено в член 6 и намиращо се в другата договаряща държава, могат да се облагат с данъци в тази друга държава.

2. Печалбите от прехвърляне на движимо имущество, съставляващо част от стопанското имущество на място на стопанска дейност, което предприятие на едната договаряща държава има в другата договаряща държава, или на движимо имущество, съставляващо част от определена база, която местно лице на едната договаряща държава има на разположение в другата договаряща държава с цел извършване на независими лични услуги, включително печалбите от прехвърляне на такова място на стопанска дейност (самостоятелно или заедно с цялото предприятие) или на такова определена база, могат да се облагат с данъци в тази друга държава.

3. Печалбите от прехвърляне на кораби, самолети или шосейни транспортни средства, използвани в международния транспорт или на движимо имущество, свързано с тяхната експлоатация, се облагат само в договарящата държава, в която се намира мястото на действително управление на предприятието.

4. Печалбите от прехвърляне на имущество, различно от посоченото в ал. 1, 2 и 3 се облагат само в договарящата държава, на която прехвърлителят е местно лице.

Член 14

НЕЗАВИСИМИ ПРОФЕСИОНАЛНИ УСЛУГИ

1. Доходите, получени от местно лице на едната договаряща държава от извършване на професионални услуги или от други дейности с независим характер, се облагат с данъци само в тази държава, освен ако лицето има редовно на разположение определена база в другата договаряща държава за извършване на своята дейност. Ако то има такова определена база, доходите могат да се облагат в тази друга държава, но само такава част от тях, каквато е причислима към тази определена база.

2. Терминът "професионални услуги" включва по-специално самостоятелни научни, литературни, художествени, образователни или преподавателски дейности, както и самостоятелни дейности на лекари, адвокати, инженери, архитекти, стоматолози и счетоводители.

Член 15

ТРУДОВО ПРАВОТНОШЕНИЕ

1. Като се имат предвид разпоредбите на членове 16, 18, 19, 20 и 21 заплати, надници и други подобни възнаграждения, получени от местно лице на едната договаряща държава въз основа на трудово правоотношение, се облагат с данъци само в тази държава, освен ако трудът се полага в другата договаряща държава. Ако трудът се полага по този начин, така получените възнаграждения могат да се облагат с данък в тази друга държава.

2. Независимо от разпоредбите на ал.1 възнаграждение, получено от местно лице на едната договаряща държава за полагане на труд в другата договаряща държава, се облага само в първата посочена държава, ако:

а) получателят пребивава в другата договаряща държава за период или периоди, ненадвишаващи общо 183 дни във всеки дванадесет месечен период; и

б) възнаграждението е платено от работодател или от името на работодател, който не е местно лице на другата договаряща държава, и

в) възнаграждението не е за сметка на място на стопанска дейност или определена база, които работодателят притежава в другата договаряща държава.

3. Независимо от предходните разпоредби на този член, възнаграждение, получено от местно лице на едната договаряща държава за положен труд на бърда на кораб, самолет или шосейно транспортно средство, използвано в международния транспорт, може да облага с данъци в договарящата държава, в която се намира мястото на действително управление на предприятието.

Член 16

ДИРЕКТОРСКИ ВЪЗНАГРАЖДЕНИЯ

Директорски възнаграждения и други подобни плащания, получени от местно лице на едната от договарящите държави в качеството му на член на управителен съвет или на друг подобен орган на дружество, което е местно лице на другата договаряща държава, могат да се облагат с данъци в тази друга държава.

Член 17

АРТИСТИ И СПОРТИСТИ

1. Независимо от разпоредбите на членове 14 и 15, доходите, получени от местно лице на едната договаряща държава в качеството му на художествен изпълнител като театрален, кино-, радио- или телевизионен артист, или музикант или като спортист, от личната му дейност като такъв, извършвана в другата договаряща държава, могат да се облагат с данъци в тази друга държава.

2. Когато доходи от личната дейност на художествен изпълнител или спортист в качеството му на такъв, се получават не от самия художествен изпълнител или спортист, а от друго лице, тези доходи, независимо от разпоредбите на членове 7, 14 и 15, могат да се облагат в договарящата държава, в която се извършва дейността на художествения изпълнител или спортиста.

3. Независимо от разпоредбите на ал. 1 и 2, посочените в този член доходи ще бъдат освободени от данъчно облагане в договарящата държава, в която се извършва дейността на художествения изпълнител или спортиста, когато тази дейност е финансирана изцяло или в по-голямата си част от обществени фондове на тази или на другата държава или когато дейността се извършва въз основа на споразумение или програма между договарящите се държави за сътрудничество в областта на културата.

Член 18

ПЕНСИИ

1. Предвид разпоредбите на чл. 19, ал. 2, пенсии и други подобни плащания, изплатени на местно лице на едната договаряща държава във връзка с трудово правоотношение в миналото се облагат само в тази договаряща държава.

2. Независимо от разпоредбите на ал. 1, пенсии и други плащания, получени в съответствие със законодателството по социалното осигуряване на едната договаряща държава могат да бъдат облагани в тази държава.

Член 19

ДЪРЖАВНА СЛУЖБА

1. а) Заплати, надници и други подобни възнаграждения, различни от пенсия, изплатени от едната договаряща държава, нейно политическо или административно подразделение или орган на местна власт на физическо лице за извършени услуги на тази държава, подразделение или орган на местна власт ще се облагат с данъци само в тази държава.

б) Такива заплати, надници и други подобни възнаграждения обаче, ще се облагат с данъци само в другата договаряща държава, ако услугите са извършени в тази друга държава и физическото лице е местно лице на тази държава, което:

(i) е гражданин на тази държава; или

(ii) не е станало местно лице на тази държава единствено с цел извършване на услугите.

2. а) Всички пенсии, изплатени чрез или от фондове, създадени от едната договаряща държава, нейно политическо или административно подразделение или орган на местна власт на физическо лице за извършени услуги на тази държава, подразделение или орган на местна власт ще се облагат само в тази държава;

б) Тези пенсии обаче, ще се облагат само в другата договаряща държава, ако физическото лице е местно лице и гражданин на тази държава.

3. Разпоредбите на членове 15, 16, 17 и 18 ще се прилагат по отношение заплати, надници и други подобни възнаграждения, както и по отношение на пенсии за услуги, извършени в миналото във връзка със стопанска дейност, осъществена от едната договаряща държава, нейно политическо или административно подразделение или орган на местна власт.

Член 20

СТУДЕНТИ

Плащания, които студент или стажант, който е или е бил непосредствено преди пристигането си в едната договаряща държава местно лице на другата договаряща държава и който се намира в първата посочена държава единствено с цел образование или стаж, получава за своята издръжка, образование или стаж не се облагат с данъци в първата посочена държава при условие, че плащанията са от източници извън тази държава.

Член 21

ПРЕПОДАВАТЕЛИ

Възнаграждение, получено за преподаване или научни изследвания от физическо лице, което непосредствено преди пристигането си в едната договаряща държава е или е било местно лице на другата договаряща държава и се намира в първата посочена държава за период не по-голям от две години с цел научни изследвания или преподаване в университет, колеж, институт за висше образование или в подобна институция, се освобождава от облагане с данък в първата посочена държава само при условие, че такава институция представлява организация с идеална цел.

Член 22

ДРУГИ ДОХОДИ

1. Елементи от дохода на местно лице на едната договаряща държава, независимо от това къде възникват, които не са разгледани в предходните членове на тази спогодба, ще се облагат с данъци само в тази държава.

2. Разпоредбите на ал. 1 не се прилагат по отношение на доходи, различни от доходи от недвижимо имущество, определено в ал. 2 на член 6, когато получателят на такива доходи, като местно лице на едната договаряща държава,

извършва стопанска дейност в другата договаряща държава чрез намиращо се там място на стопанска дейност или осъществява в тази друга държава независими лични услуги чрез постоянна база разположена там и правото или собствеността по отношение на които се получават доходите са действително свързани с такова място на стопанска дейност или определена база. В такъв случай ще се прилагат разпоредбите на член 7 или член 14, съобразно случая.

ГЛАВА IV

МЕТОДИ ЗА ИЗБЯГВАНЕ НА

ДВОЙНОТО ДАНЪЧНО ОБЛАГАНЕ

Член 23

ИЗБЯГВАНЕ НА ДВОЙНОТО ДАНЪЧНО ОБЛАГАНЕ

Двойното данъчно облагане се избягва както следва:

1. В Република България двойното данъчно облагане се избягва както следва:

а) Когато местно лице на България получава доходи, които в съответствие с разпоредбите на тази спогодба могат да се облагат с данък в Португалия, България, като има предвид разпоредбите на букви б) и в), ще освободи от данъчно облагане такива доходи;

б) Когато местно лице на България получава елементи от доход, които в съответствие с разпоредбите на членове 10, 11 и 12 могат да бъдат облагани с данъци в Португалия, България ще допусне приспадане от данъка върху дохода на това местно лице, сума равна на данъка платен в Португалия. Това приспадане, обаче, няма да надвишава тази част от данъка, който е изчислен преди да е направено приспадането, отнасящо се до тези елементи от дохода, получени в Португалия.

в) Когато в съответствие с други разпоредби на тази спогодба полученият доход от местно лице на България е освободен от данъчно облагане в България, България може, въпреки това, при определяне размера на данъка за останалия доход на това местно лице, да включи и освободения доход.

2. В Португалската Република двойното данъчно облагане се избягва както следва:

а) Когато местно лице на Португалия получава доходи, които, в съответствие с разпоредбите на тази спогодба могат да бъдат обложени с данъци в България, Португалия ще допусне приспадане от данъка върху дохода на това местно лице сума равна на данъка, платен в България. Това приспадане, обаче, не може да надвишава тази част от данъка върху дохода, изчислена преди да е направено приспадането, която е причислима към дохода, който може да се обложи в България;

б) Когато в съответствие с други разпоредби на тази спогодба полученият доход от местно лице на Португалия е освободен от данъчно облагане в Португалия, Португалия може, въпреки това, при определяне размера на данъка за останалия доход на това местно лице, да включи и освободения доход.

ГЛАВА V

СПЕЦИФИЧНИ РАЗПОРЕДБИ

Член 24

НЕДИСКРИМИНАЦИЯ

1. Гражданите на едната договаряща държава не могат да бъдат подлагани в другата договаряща държава на каквото и да е облагане или свързаните с него задължения, които са различни или по-обременителни от данъчното облагане и

свързаните с него задължения, на които са или могат да бъдат подложени гражданите на тази друга държава при същите обстоятелства, и особено във връзка с качеството им на местни лица. Тази разпоредба ще се прилага независимо от разпоредбата на член 1 и по отношение на лица, които не са местни лица на едната или на двете договарящи държави.

2. Данъчното облагане на място на стопанска дейност, което предприятие на едната договаряща държава има в другата договаряща държава не може да бъде по-неблагоприятно в тази друга договаряща държава, отколкото данъчното облагането на предприятия на тази друга държава, които извършват същата дейност. Тази разпоредба, обаче, не задължава едната договаряща държава да предоставя на местни лица на другата договаряща държава каквито и да е лични намаления, облекчения или приспадания за целите на данъчното облагане, с оглед гражданското им състояние или семейните им задължения, каквито тя предоставя на собствените си местни лица.

3. Освен в случаите, когато се прилагат разпоредбите на ал 1 на член 9, ал. 7 на член 11 и ал. 6 на член 12, лихви, авторски и лицензионни възнаграждения и други плащания от предприятия на едната договаряща държава на местно лице на другата договаряща държава, за целите на определянето на облагаемите печалби на такова предприятие, ще се изключват от облагане при същите условия, както ако биха били платени на местно лице на първата посочена държава. По същия начин, задълженията на предприятие на едната договаряща държава към местно лице на другата договаряща държава за целите на определяне на облагаемото имущество на такова предприятие, подлежат на приспадане при същите условия, както ако биха били договорени с местно лице на първата държава.

4. Предприятия на едната договаряща държава, имуществото на които изцяло или частично се притежава или контролира, пряко или непряко, от едно или повече местни лица на другата договаряща държава, няма да бъдат подлагани в първата договаряща държава на данъчно облагане, или свързаните с него задължения, които са различни или по-обременителни от данъчното облагане и свързаните с него задължения, на които са или могат да бъдат подложени други подобни предприятия на първата договаряща държава.

5. Независимо от разпоредбите на член 2, разпоредбите на този член се прилагат по отношение на данъци от всякакъв вид и естество.

Член 25

ПРОЦЕДУРА НА ВЗАИМНО СПОРАЗУМИЕНИЕ

1. Когато едно лице счете, че действията на едната или на двете договарящи държави водят или ще доведат за него до данъчно облагане, несъответстващо на разпоредбите на тази спогодба, то може, независимо от средствата за защита, предвидени в националните законодателства на тези държави, да представи своето възражение пред компетентния орган на договарящата държава, на която е местно лице или, ако случаят му е във връзка с ал. 1 на член 24, пред органа на тази договаряща държава, на която е гражданин. Възражението трябва да бъде представено в срок от три години от първото уведомяване за действието, водещо до данъчно облагане, несъответстващо на разпоредбите на спогодбата.

2. Компетентният орган, ако счете че възражението е основателно и ако не е в състояние да достигне сам до удовлетворително разрешение, ще положи усилия да реши случая посредством взаимно споразумение с компетентния орган на другата договаряща държава, с оглед да се избегне данъчно облагане, което не е в съответствие със спогодбата. Всяко постигнато споразумение ще се приложи независимо от сроковете, предвидени в националните законодателства на договарящите държави.

3. Компетентните органи на договарящите държави ще ползват усилия да разрешават посредством взаимно споразумение

всички затруднения или съмнения, възникващи във връзка с тълкуването или прилагането на спогодбата. Те могат, също така, да се консултират взаимно за отстраняване на двойното данъчно облагане за случаи, непредвидени в тази спогодба.

4. Компетентните органи на договарящите държави могат да контактуват пряко помежду си, включително и чрез съставени от тях или от техни представители съвместни комисии, с цел постигане на споразумение по смисъла на предходните алинеи.

Член 26

РАЗМЯНА НА ИНФОРМАЦИЯ

1. Компетентните органи на договарящите държави ще си разменят такава информация, каквато е необходима за прилагането на разпоредбите на тази спогодба или на националните си законодателства във връзка с данъците, за които се прилага спогодбата, доколкото предвиденото в тях данъчно облагане не противоречи на спогодбата. Размяната на информация не е ограничена от член 1. Всяка информация, получена от едната договаряща държава ще се счита за поверителна, също както информацията, получена съобразно националното законодателство на тази държава и ще се предоставя само на лица или органи (включително съдилища и административни органи), занимаващи се с определянето или събирането, правоприлагането или принудителното изпълнение или за решаването на жалби във връзка с данъците, обхванати от спогодбата. Такива лица или органи ще ползват информацията само за такива цели. Те могат да предоставят информацията на публични съдебни процеси или при постановяване на съдебни решения.

2. Разпоредбите на ал. 1 в никакъв случай няма да се разглеждат като налагащи на една от договарящите държави задължението:

а) да предприема административни мерки, отклоняващи се от законите и административната практика на тази или на другата договаряща държава;

б) да предоставя информация, която не може да се получи съгласно законите или по нормалната административна процедура в тази или в другата договаряща държава;

в) да предоставя информация, която би разкрила каквато и да е търговска, стопанска, промишлена или професионална тайна или търговска процедура, или информация, чието разкриване би противоречало на обществения ред (*ordre public*).

Член 27

ЧЛЕНОВЕ НА ДИПЛОМАТИЧЕСКИ

ПРЕДСТАВИТЕЛСТВА И КОНСУЛСКИ СЛУЖБИ

Нищо в тази спогодба не засяга данъчните привилегии на членовете на дипломатическите представителства и консулските служби, съгласно общите норми на международното право или съобразно разпоредбите на специални споразумения.

ГЛАВА VI

ЗАКЛЮЧИТЕЛНИ РАЗПОРЕДБИ

Член 28

ВЛИЗАНЕ В СИЛА

1. Тази спогодба подлежи на ратификация и ратификационните документи ще бъдат разменени в Лисабон възможно най-скоро.

2. Спогодбата влиза в сила от датата на размяна на ратификационните документи и ще се прилага:

а) за България:

(i) по отношение на данъците, удържани при източника - за доходите получени на или след 1 януари на календарната година следваща годината, в която спогодбата влиза в сила;

б) по отношение на другите данъци върху доходите - за данъците събирани за всяка данъчна година, започваща на или след 1 януари на календарната година, следваща годината, в която спогодбата влиза в сила.

б) За Португалия:

(i) по отношение на данъците, удържани при източника, от възникването на факта, даващ основание за тяхното налагане на или след 1 януари на календарната година следваща годината, в която спогодбата влиза в сила;

(ii) по отношение на другите данъци - за доходите реализирани през която и да е данъчна година, започваща на или след 1 януари на годината, следваща годината, през която тази спогодба влиза в сила.

Член 29

ПРЕКРАТЯВАНЕ НА ДЕЙСТВИЕТО

Тази спогодба остава в сила, докато не бъде прекратена от една от договарящите се държави. Всяка договаряща държава може да прекрати действието на спогодбата по дипломатически път чрез писмено съобщение за прекратяването най-малко шест месеца преди края на всяка календарна година, след изтичането на период от пет години от датата, на която спогодбата влиза в сила. В такъв случай, спогодбата ще престане да действа:

а) за България:

(i) по отношение на данъците, удържани при източника - за доходите, получени на или след 1 януари на календарната година, следваща годината, в която е изпратено съобщението;

(ii) по отношение на другите данъци върху доходите - за данъците, събирани за всяка данъчна година започваща на или след 1 януари на календарната година, през която е изпратено съобщението.

б) за Португалия:

(i) по отношение на данъците, удържани при източника, от възникването на факта, даващ основание за тяхното налагане на или след 1 януари следващ датата, на която определеният в съобщението период за прекратяване изтича;

(ii) по отношение на другите данъци - за доходите реализирани през данъчната година, започваща на или след 1 януари следващ датата, на която определеният в съобщението период за прекратяване изтича.

В удостоверение на горното долуподписаните, надлежно упълномощени за това подписаха тази спогодба.

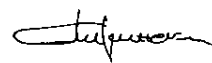
Съставена в два екземпляра в СОФИЯ на хиляда деветстотин деветдесет и година на португалски, български и английски езици, като всички текстове имат еднаква сила.

В случай на различия в тълкуването или прилагането, меродавен е английският текст.

ЗА ПОРТУГАЛСКАТА
РЕПУБЛИКА:



ЗА РЕПУБЛИКА
БЪЛГАРИЯ:



ПРОТОКОЛ

При подписването на спогодбата между Република България и Португалската Република за избягване на двойното данъчно облагане и предотвратяване отклонението от облагане с данъци на доходите, договарящите държави се споразумяха по отношение на следните разпоредби, които са неделима част от спогодбата:

1. По отношение на член 4, алинея 1

Всяко лице, което е гражданин на България и местно лице на трета държава, и което получава доходи от източници в Португалия няма да ползва облекченията, предоставени с тази спогодба.

2. По отношение на член 10, алинея 4

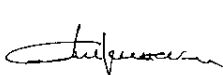
(i) По отношение на Португалия, привилегирвани акции са тези акции, които дават преференция на притежателя си както при получаване на дивидентите, така и при плащания в случай на ликвидация, или и двата случая. Те представляват по-конкретно, "жюисанс" акции или "жюисанс" права, минни акции и учредителни акции.

(ii) Разпоредбите на този член ще се прилагат и за доходи, получени от лице, обвързано от стопанска дейност, осъществявана от друго лице, въз основа на споразумение за участие в печалбите, съгласно законодателството на всяка договаряща държава (в случай с Португалия - сдружение за съвместно участие).

В удостоверение на горното долуподписаните, надлежно упълномощени за това подписаха този протокол.

ЗА ПОРТУГАЛСКАТА
РЕПУБЛИКА:

ЗА РЕПУБЛИКА
БЪЛГАРИЯ:

CONVENTION BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE
REPUBLIC OF BULGARIA FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE
TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH
RESPECT TO TAXES ON INCOME.

The Portuguese Republic and the Republic of Bulgaria, desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income, have agreed as follows:

CHAPTER I

Scope of the Convention

Article 1

Personal scope

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1 — This Convention shall apply to taxes on income imposed on behalf of a Contracting State or of its poli-

tical or administrative subdivisions or local authorities, irrespective of the manner in which they are levied.

2 — There shall be regarded as taxes on income all taxes imposed on total income or on elements of income, including taxes on gains from the alienation of movable or immovable property, taxes on the total amounts of wages or salaries paid by enterprises, as well as taxes on capital appreciation.

3 — The existing taxes to which the Convention shall apply are:

a) In case of Portugal:

- i) The personal income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);
- ii) The corporate income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC); and
- iii) The local surtax on corporate income tax (derrama);

(hereinafter referred to as «Portuguese tax»);

b) In case of Bulgaria:

- i) The tax on total income;
- ii) The profit tax;

(hereinafter referred to as «Bulgarian tax»).

4 — The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes which are imposed after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the existing taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

CHAPTER II

Definitions

Article 3

General definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

- a) The term «Portugal» means the territory of the Portuguese Republic situated in the European Continent, the archipelagoes of Azores and Madeira, the respective territorial sea and any other zone in which, in accordance with the laws of Portugal and international law, the Portuguese Republic has its jurisdiction or sovereign rights with respect to the exploration and exploitation of the natural resources of the sea bed and subsoil, and of the superjacent waters;
- b) The term «Bulgaria» means the Republic of Bulgaria and when used in a geographical sense means the territory and the territorial sea over which it exercises its State sovereignty, as well as the continental shelf and the exclusive economic zone over which it exercises sovereign rights or jurisdiction in conformity with international law;

- c) The terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean Portugal or Bulgaria, as the context requires;
- d) The term «person» includes an individual, a legal person, a company and any other body of persons;
- e) The term «company» means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;
- f) The terms «enterprise of a Contracting State» and «enterprise of the other Contracting State» mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
- g) The term «international traffic» means any transport by a ship, aircraft or road transport vehicle operated by an enterprise which has its place of effective management in a Contracting State, except when the ship, aircraft or road transport vehicle is operated solely between places in the other Contracting State;
- h) The term «competent authority» means:
 - i) In the case of Portugal, the Minister of Finance, the Director General of Taxation (director-geral das Contribuições e Impostos) or their authorized representative;
 - ii) In the case of Bulgaria, the Minister of Finance or his authorized representative;
- i) The term «national» means:
 - i) Any individual possessing the nationality of a Contracting State;
 - ii) Any legal person, association or other entity deriving its status as such from the laws in force in a Contracting State.

2 — As regards the application of the Convention at any time by a Contracting State, any term not defined therein shall unless the context otherwise requires, have the meaning which it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which the Convention applies, any meaning under the applicable tax laws of that State prevailing over a meaning given to the term under other laws of that State.

Article 4

Resident

1 — For the purposes of this Convention, a person is a resident of a Contracting State:

- a) In the case of Bulgaria, if the person is liable to taxation according to Bulgarian domestic law by reason of his nationality, head-office or registration;
- b) In the case of Portugal, if the person is liable to tax therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature.

But this term does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State.

2 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

- a) He shall be deemed to be a resident of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);
- b) If the State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, he shall be deemed to be a resident of the State in which he has an habitual abode;
- c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident of the State in which its place of effective management is situated.

Article 5

Permanent establishment

1 — For the purposes of this Convention, the term «permanent establishment» means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2 — The term «permanent establishment» includes especially:

- a) A place of management;
- b) A branch;
- c) An office;
- d) A factory;
- e) A workshop, and
- f) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources.

3 — A building site or construction, installation or assembly project constitutes a permanent establishment only if it lasts more than twelve months.

4 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term «permanent establishment» shall be deemed not to include:

- a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
- c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information for the enterprise;
- e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;
- f) The maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in sub-paragraphs a) to e), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person — other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies — is acting on behalf of an enterprise and has, and habitually exercises, in a Contracting State an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in that State in respect of any activities which that person undertakes for the enterprise, unless the activities of such person are limited to those mentioned in paragraph 4 which, if exercised through a fixed place of business, would not make this fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6 — An enterprise shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

7 — The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

CHAPTER III

Taxation of income

Article 6

Income from immovable property

1 — Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — The term «immovable property» shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships, aircraft and road transport vehicles shall not be regarded as immovable property.

3 — The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

5 — The foregoing provisions shall also apply to income from movable property, or income derived from services connected with the use or the right to use the immovable property, which, under the taxation law of the Contracting State in which the property in question is situated, is assimilated to income from immovable property.

Article 7

Business profits

1 — The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2 — Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3 — In determining the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deduction expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred, whether in the State in which the permanent establishment is situated or elsewhere.

4 — No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

5 — For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establishment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

6 — Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8

International transport

1 — Profits from the operation of ships, aircraft or road transport vehicles in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2 — If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated, or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

3 — The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

Article 9

Associated enterprises

1 — Where:

- a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control

or capital of an enterprise of the other Contracting State, or

- b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State,

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

2 — Where a Contracting State includes in the profits of an enterprise of that State — and taxes accordingly — profits on which an enterprise of the other Contracting State has been charged to tax in that other State and the profits so included are profits which would have accrued to the enterprise of the first-mentioned State if the conditions made between the two enterprises had been those which would have been made between independent enterprises, then that other State shall make an appropriate adjustment to the amount of the tax charged therein on those profits where that other State considers the adjustment justified. In determining such adjustment, due regard shall be had to the other provisions of this Convention and the competent authorities of the Contracting States shall if necessary consult each other.

Article 10

Dividends

1 — Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the dividends.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of these limitations.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, if the beneficial owner is a company that, for an uninterrupted period of two years prior to the payment of the dividend, owns directly at least 25 per cent of the capital stock (capital social) of the company paying the dividends, the tax so charged shall not exceed with respect to dividends paid after December 31, 1996, 10 per cent of the gross amount of such dividends.

4 — The term «dividends» as used in this article means income from shares, privileged shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident.

5 — The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1 — Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the interest.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, interest arising in a Contracting State shall be exempted from tax in that State:

- a) If the debtor of such interest is the Government of that State, a political or administrative subdivision or a local authority thereof; or
- b) If interest is paid to the Government of the other Contracting State or local authority thereof or an institution or body (including a financial institution) in connection with any financing granted by them under an agreement between the Governments of the Contracting States; or
- c) In respect of loans or credit made by the Central Banks of the Contracting States and any other financial institution controlled by the State and financing external business which may be agreed upon between the competent authorities of the Contracting States.

4 — The term «interest» as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in the debtor's profits, and in particular, income from government securities and income from bonds or debentures, including premiums and prizes

attaching to such securities, bonds or debentures. Penalty charges for late payment shall not be regarded as interest for the purpose of this article.

5 — The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment of fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

7 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties

1 — Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise, and according to the laws of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the royalties the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the royalties. The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — The term «royalties», as used in this article, means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work, including cinematograph films, video films and films, or tapes for radio or television broadcasting, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial, or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise,

through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the obligation to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by that permanent establishment or fixed base, then such royalties shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment of fixed base is situated.

6 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or of such fixed base, may be taxed in that other State.

3 — Gains from the alienation of ships, aircraft or road transport vehicles operated in international traffic, or movable property pertaining to the operation of such ships, aircraft or road transport vehicles, shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

4 — Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2 and 3 shall be taxable only in the Contracting State of which the alienator is a resident.

Article 14

Independent personal services

1 — Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in

that State unless he has a fixed base regularly available to him in the other Contracting State for the purpose of performing his activities. If he has such a fixed base, the income may be taxed in the other State but only so much of it as is attributable to that fixed base.

2 — The term «professional services» includes especially independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, dentists, lawyers, engineers, architects, and accountants.

Article 15

Dependent personal services

1 — Subject to the provisions of article 16, 18, 19, 20 and 21, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in any twelve month period concerned, and
- b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State, and
- c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship, aircraft or road transport vehicle operated in international traffic, may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

Article 16

Directors' fees

Directors fees and other similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or any similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17

Artistes and sportsmen

1 — Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste, or a musician, or as a sportsman, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or a sportsman in his capacity as such accrues not to the entertainer or sportsman himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15 be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or sportsman are exercised.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2 of this article, income mentioned in this article shall be exempt from tax in the Contracting State in which the activity of the entertainer or sportsman is exercised provided that this activity is supported for the major part out of public funds of this State or of the other State or the activity is exercised under a cultural agreement or arrangement between the Contracting States.

Article 18

Pensions

1 — Subject to the provisions of paragraph 2 of article 19, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, pensions and other disbursements paid out under the social security legislation of a Contracting State may be taxed in that State.

Article 19

Government service

1 — a) Salaries, wages and other similar remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such salaries, wages and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State who:

- i) Is a national of that State; or
- ii) Did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2 — a) Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State.

3 — The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to salaries, wages and other similar remuneration, and to pensions, in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Students

Payments which a student or apprentice who is or was immediately before visiting a Contracting State a

resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely for the purpose of his education or training receives for the purpose of his maintenance, education or training shall not be taxed in that State, provided that such payments arise from sources outside that State.

Article 21

Teachers

Remuneration received for education or scientific research by an individual who is or was immediately before visiting a Contracting State a resident of the other Contracting State and who is present in the first State during a period not exceeding two years for the purpose of scientific research or for teaching at a university, college, establishment for higher education, or at an similar establishment shall be exempt from tax in the first State provided that such establishment belongs to non-profitmaking legal entities.

Article 22

Other income

1 — Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in paragraph 2 of article 6, if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

CHAPTER IV

Methods for elimination of double taxation

Article 23

Elimination of double taxation

The double taxation shall be eliminated as follows:

- 1) In the Republic of Bulgaria double taxation shall be eliminated as follows:
 - a) Where a resident of Bulgaria derives income which in accordance with the provisions of this Convention may be taxed in Portugal, Bulgaria shall subject to the provisions of sub-paragraphs b) and c), exempt such income from tax;
 - b) Where a resident of Bulgaria derives items of income which in accordance with the provisions of articles 10, 11 and 12 may be taxed in Portugal, Bulgaria shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident an amount equal to the tax paid in Portugal. Such deduc-

tion shall not, however, exceed that part of the tax, as computed before the deduction is given, which is attributable to such items of income derived from Portugal;

- c) Where in accordance with any provisions of this Convention income derived by a resident of Bulgaria is exempt from tax in Bulgaria, the same State may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income of such residence, take into account the exempted income;
- 2) In the Portuguese Republic double taxation shall be eliminated as follows:
- a) Where a resident of Portugal derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Bulgaria, Portugal shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident an amount equal to the income tax paid in Bulgaria. Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax, as computed before the deduction is given, which is attributable to the income which may be taxed in Bulgaria;
 - b) Where in accordance with any provision of the Convention income derived by a resident of Portugal is exempt from tax in this State, Portugal may nevertheless, in calculating the amount of tax in the remaining income of such resident, take into account the exempted income.

CHAPTER V

Special provisions

Article 24

Non-discrimination

1 — Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected. This provision shall, notwithstanding the provisions of article 1, also apply to persons who are not residents of one or both of the Contracting States.

2 — The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

3 — Except where the provisions of paragraph 1 of article 9, paragraph 7 of article 11, or paragraph 6 of

article 12, apply, interest, royalties and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State. Similarly, any debts of an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable capital of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been contracted to a resident of the first-mentioned State.

4 — Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

5 — The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes of every kind and description.

Article 25

Mutual agreement procedure

1 — Where a person considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident or, if his case comes under paragraph 1 of article 24, to that of the Contracting State of which he is a national. The case must be presented within three years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2 — The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention. Any agreement reached shall be implemented notwithstanding any time limits in the domestic law of the Contracting States.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention. They may also consult together for the elimination of double taxation in cases not provided for in the Convention.

4 — The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly, including through a joint commission consisting of themselves or their representatives, for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 26

Exchange of information

1 — The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary

for carrying out the provisions of this Convention or of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention. The exchange of information is not restricted by article 1. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) concerned with the assessment or collection of, the enforcement or prosecution in respect of, or the determination of appeals in relation to, the taxes covered by the Convention. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. They may disclose the information in public court proceedings or in judicial decisions.

2 — In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

- a) To carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) To supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy (ordre public).

Article 27

Members of diplomatic missions and consular posts

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions and consular posts under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

CHAPTER VI

Final provisions

Article 28

Entry into force

1 — This Convention shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged at . . . as soon as possible.

2 — This Convention shall enter into force on the date of the exchange of ratification instruments and shall apply:

- a) In Bulgaria:
 - i) In respect of taxes withheld at source, to amounts of income derived on or after 1 January in the calendar year next following the year in which the Convention enters into force;
 - ii) In respect of other taxes on income, to such taxes chargeable for any taxable year beginning on or after 1 January in the calendar year next following the year in which the Convention enters into force;

b) In Portugal:

- i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;
- ii) In respect of other taxes as to income arising in any fiscal year beginning on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force.

Article 29

Termination

This Convention shall remain in force until terminated by one of the Contracting States. Either Contracting State may terminate the Convention, through diplomatic channels, by giving notice of termination at least six months before the end of any calendar year following after the period of five years from the date on which the Convention enters into force. In such event the Convention shall cease to have effect:

a) In Bulgaria:

- i) In respect of taxes withheld at source, to amounts of income derived on or after 1 January in the calendar year next following the year in which the notice is given;
- ii) In respect of other taxes on income, to such taxes chargeable for any taxable year beginning on or after 1 January in the calendar year next following the year in which the notice is given;

b) In Portugal:

- i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;
- ii) In respect of other taxes as to income arising in the fiscal year beginning on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires.

In witness whereof, the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Convention.

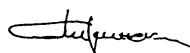
Done in duplicate at Sofia, this fifteen day of June of 1995 in the Portuguese, Bulgarian and English languages.

In case of divergence of interpretation or application, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Bulgaria:



PROTOCOL

At the signing today of the Convention between the Portuguese Republic and the Republic of Bulgaria for the Avoidance of Double Taxation and the Prevention of Fiscal Evasion with respect to Taxes on Income, the Contracting States have agreed upon the following provisions, which shall form an integral part of the Convention:

1 — With reference to article 4, paragraph 1

Any person who is a national of Bulgaria and a resident of a third country, and who derives income from Portuguese source shall not enjoy the benefits provided for under this Convention.

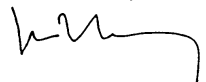
2 — With reference to article 10, paragraph 4

i) In the case of Portugal, privileged shares mean those shares giving their holder a preference, either as to receipt of dividends, or as to payment in case of winding up, or both. They comprise, namely, *jouissance* shares or *jouissance* rights, mining shares and founders shares.

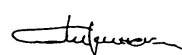
ii) The provisions of this article shall also apply to income paid to a person associated to a business activity carried out by another person under an arrangement for participation in income as laid down by the laws of each Contracting State (in case of Portugal, *associação em participação*).

In witness whereof, the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Protocol.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Bulgaria:



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 83/96

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada de Portugal em Bruxelas, os Governos da Polónia, de Cuba e da Letónia depositaram, junto da Organização Mundial das Alfândegas, respectivamente em 12 de Setembro de 1995, 3 de Novembro de 1995 e 4 de Janeiro de 1996, os instrumentos de adesão à Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, concluída em Quioto em 18 de Maio de 1973 e revista pelo Protocolo de emenda à mesma Convenção.

A referida Convenção entrou em vigor para a Polónia em 1 de Janeiro de 1996, para Cuba entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1997 e para a Letónia em 1998, a não ser que uma data mais próxima seja entretanto especificada.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 20 de Março de 1996. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, João Perestrello Cavaco.

Aviso n.º 84/96

Por ordem superior se torna público que Portugal assinou, em 12 de Fevereiro de 1996, com entrada em vigor a partir de 1 de Junho de 1996, o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Geral sobre Privilégios e Imunidades do Conselho da Europa, de 18 de Junho de 1990.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 20 de Março de 1996. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Decreto-Lei n.º 29/96**

de 11 de Abril

O Serviço de Centralização de Riscos do Crédito, criado pelo Decreto-Lei n.º 47 909, de 7 de Setembro de 1967, para centralizar os elementos informativos respeitantes ao risco da concessão e aplicação de créditos, tem cumprido até hoje os seus objectivos, dando resposta à necessidade de as instituições de crédito e as sociedades financeiras avaliarem correctamente os riscos das suas operações.

Com a liberalização da prestação de serviços no espaço comunitário iniciada em 1993 e a possibilidade de os agentes económicos obterem financiamentos em qualquer dos países membros da União Europeia, deverão as instituições que concedem crédito poder dispor de instrumento capaz de responder às suas crescentes necessidades no domínio da avaliação do risco.

É, pois, conveniente manter a eficácia do Serviço de Centralização de Riscos do Crédito, melhorando qualitativa e quantitativamente a informação, através da recolha de dados relativos ao crédito interno a não residentes e ao crédito concedido em outros países a residentes nacionais.

A nova informação a tratar será conseguida num quadro de cooperação estreita de Portugal com outros países e, eventualmente, de adesão a um sistema de troca de dados centralizados, e exige a alteração do Decreto-Lei n.º 47 909, de 7 de Setembro de 1967, por forma a possibilitar a centralização das responsabilidades de crédito referidas e o intercâmbio de informação com organismos que, em outros países, tenham funções de centralização de riscos do crédito ou de supervisão bancária.

Entende-se, pois, introduzir expressamente na lei que a informação constante do Serviço de Centralização de Riscos do Crédito pode ser utilizada pelo Banco de Portugal para efeitos de supervisão.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

1 — O Serviço de Centralização de Riscos do Crédito, assegurado pelo Banco de Portugal, de acordo com o artigo 22.º, n.º 1, alínea b), da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 231/95, de 12 de Setembro, tem por objecto centralizar os elementos informativos respeitantes aos riscos do crédito concedido por entidades sujeitas à supervisão daquele Banco ou por quaisquer outras entidades que, de algum modo,

exerçam funções de crédito ou actividade com este directamente relacionada.

2 — Compete ao Banco de Portugal designar as entidades que devem participar no Serviço de Centralização de Riscos do Crédito, prestando as informações referidas no artigo 3.º, estabelecer as directivas que tiver por convenientes para o bom funcionamento do Serviço e divulgá-las pelas mesmas entidades.

3 — Em tudo o que se relacionar com informação recebida do Serviço de Centralização de Riscos do Crédito, as entidades referidas no número anterior ficam sujeitas, se não o estiverem já, às normas respeitantes a segredo profissional contidas no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

Artigo 2.º

O Serviço de Centralização de Riscos do Crédito abrange a informação recebida nos termos dos artigos 3.º e 6.º e relativa a operações de crédito, sob qualquer forma ou modalidade, de que sejam beneficiárias pessoas singulares ou colectivas, residentes ou não residentes.

Artigo 3.º

1 — As entidades participantes ficam obrigadas a fornecer ao Banco de Portugal, nos termos que vierem a ser determinados nas directivas a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º, os elementos informativos requeridos, referentes a operações de crédito que tenham concedido, em Portugal ou no estrangeiro, ainda que através de sucursais financeiras exteriores.

2 — Salvo o disposto no número seguinte, estes elementos, bem como a informação recebida nos termos do artigo 6.º, não poderão ser utilizados para outros fins que não sejam os do Serviço de Centralização de Riscos do Crédito, os de supervisão das instituições a ela sujeitas, ou os de elaboração para estatística, como complemento dos elementos referidos no artigo 23.º, alínea f), da Lei Orgânica do Banco de Portugal, não podendo, em qualquer caso, a respectiva difusão ser feita em termos susceptíveis de violar o segredo bancário que deve proteger as operações de crédito em causa.

3 — A informação constante do Serviço de Centralização de Riscos do Crédito poderá ser utilizada no âmbito da cooperação nos termos do artigo 6.º

4 — A informação divulgada pelo Banco de Portugal, constante do Serviço de Centralização de Riscos do Crédito, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou rectificação.

Artigo 4.º

1 — As entidades participantes poderão requerer ao Banco de Portugal que lhes seja dado conhecimento das operações registadas no Serviço de Centralização de Riscos do Crédito relativas às pessoas singulares ou colectivas que lhes hajam solicitado crédito.

2 — São condições de legitimidade do pedido de informação ser a entidade requerente credora actual da pessoa singular ou colectiva em causa, ou, não sendo credora, ter dela recebido pedido de concessão de crédito, podendo o Banco de Portugal, nas directivas a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º, regulamentar estas condições e, bem assim, fixar condições complementares de legitimidade.

3 — O Banco de Portugal poderá fixar e cobrar uma comissão de contrapartida das informações que prestar.

Artigo 5.º

1 — As informações prestadas pelo Banco de Portugal às entidades participantes não poderão conter qualquer indicação acerca da localidade em que os créditos foram outorgados nem das entidades que os concederam.

2 — Estas informações serão exclusivamente destinadas às entidades participantes, sendo-lhes vedada a sua transmissão, total ou parcial, a terceiros.

Artigo 6.º

1 — O Banco de Portugal fará as diligências que tiver por convenientes para assegurar a cooperação na centralização de riscos de crédito, procedendo à troca das informações para o efeito necessárias com os organismos dos Estados membros da União Europeia e de quaisquer outros países encarregados da centralização de riscos do crédito.

2 — A cooperação a que se refere o número anterior, quando não resulte de disposições legais, de normas aplicáveis de direito comunitário ou de convenção internacional, poderá ser estabelecida, de modo geral, mediante acordos de informação mútua celebrados pelo Banco de Portugal com esses organismos ou estipulada caso a caso.

3 — O Banco de Portugal só poderá prestar informações de natureza confidencial a organismos estrangeiros desde que beneficiem de garantias de segredo pelo menos equivalentes às estabelecidas na lei portuguesa.

4 — O dever de segredo não impede que o Banco de Portugal, no desempenho das suas atribuições, utilize as informações confidenciais recebidas nos termos deste artigo para os fins referidos no artigo 3.º

Artigo 7.º

O disposto no presente diploma não prejudica as obrigações de informação previstas no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 183/88, de 24 de Maio.

Artigo 8.º

1 — É revogado o Decreto-Lei n.º 47 909, de 7 de Setembro de 1967.

2 — Até ao estabelecimento das novas directivas, mantêm-se as normas regulamentares actualmente em vigor em tudo o que não contrarie o disposto no presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Março de 1996. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*.

Promulgado em 25 de Março de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 27 de Março de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto-Lei n.º 30/96

de 11 de Abril

A prossecução das vastas atribuições de fiscalização e controlo conferidas pela Constituição e pela lei ao Tribunal de Contas exige, tanto dos seus serviços de apoio como do seu Presidente, o desempenho de inúmeras tarefas e uma resposta cabal e eficaz a todas as solicitações.

Na realidade, para além das suas actuais competências, o Tribunal de Contas irá em breve ser chamado ao desempenho de outras importantes tarefas, nomeadamente as que decorrem da sujeição de todo o sector público empresarial à sua jurisdição.

Por outro lado, tendo em vista assegurar e garantir o respeito pelos princípios da independência e do auto-governo do Tribunal de Contas, ficou consagrada no artigo 56.º da Lei n.º 86/89, de 8 de Setembro (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), a equiparação entre os poderes exercidos pelo Presidente do Tribunal de Contas e os que integram a competência ministerial, no âmbito da superintendência e orientação dos serviços de apoio e da gestão financeira do Tribunal e suas secções regionais.

Acresce que o artigo 59.º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas prevê a existência de serviços de apoio técnico e administrativo integrados no Gabinete do Presidente, cuja estrutura, natureza e atribuições, bem como o quadro e o regime do respectivo pessoal, remetem para decreto-lei.

Importa, por isso, estruturar desde já o Gabinete de Apoio ao Presidente do Tribunal de Contas, por forma que este corresponda qualitativa e quantitativamente ao exercício das suas relevantes competências, bem como à dignidade do cargo.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição e do n.º 2 do artigo 59.º da Lei n.º 86/89, de 8 de Setembro, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

No exercício das suas funções o Presidente do Tribunal de Contas é coadjuvado por um Gabinete.

Artigo 2.º

1 — O Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas é constituído por dois adjuntos e dois secretários pessoais.

2 — Ao pessoal do Gabinete é aplicável, com as devidas adaptações, o regime de nomeação, exoneração, garantias e vencimento consagrado no Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, com ressalva do abono para despesas de representação.

Artigo 3.º

O Presidente do Tribunal de Contas pode recorrer ao destacamento ou à requisição de funcionários da administração directa e indirecta do Estado, incluindo

empresas públicas, bem como da administração regional e local, para o exercício de funções de apoio técnico e administrativo no respectivo Gabinete, ou recorrer a contratos de prestação de serviço, os quais caducam automaticamente com a cessação de funções do Presidente do Tribunal de Contas.

Artigo 4.º

Até à aprovação do decreto-lei previsto no n.º 2 do artigo 59.º da Lei n.º 86/89, de 8 de Setembro, os encargos decorrentes da execução do presente diploma serão satisfeitos pelo Cofre do Tribunal de Contas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Março de 1996. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*.

Promulgado em 25 de Março de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 27 de Março de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO PARA A QUALIFICAÇÃO E O EMPREGO

Decreto-Lei n.º 31/96

de 11 de Abril

A instituição do mercado único europeu, com a consequente livre circulação de pessoas e bens, veio afectar profundamente as empresas e os trabalhadores do sector aduaneiro, nomeadamente no que respeita ao volume e estabilidade do emprego.

O Decreto-Lei n.º 25/93, de 5 de Fevereiro, cuja vigência foi prorrogada pelo Decreto-Lei n.º 46/95, de 3 de Março, instituiu um conjunto de medidas destinadas a minorar as consequências adversas sobre a estabilidade do emprego dos trabalhadores do sector.

Mantendo-se ainda o condicionalismo que determinou a prorrogação da vigência do Decreto-Lei n.º 25/93, considera-se indispensável prorrogar, de novo, por mais seis meses a sua vigência.

Como, porém, o Decreto-Lei n.º 46/95 inclui normas reguladoras da aplicação do Decreto-Lei n.º 25/93, cujo prazo de vigência, por natureza, é o mesmo, entendeu-se proceder igualmente à prorrogação da vigência de tais normas.

A medida agora tomada não prejudica uma eventual revisão baseada na avaliação das medidas constantes dos diplomas acima referidos, tendo em vista uma resposta mais adequada às necessidades de integração sócio-profissional dos trabalhadores abrangidos.

Foram ouvidas as organizações representativas dos trabalhadores do sector.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

1 — É prorrogada por mais seis meses, a contar de 1 de Janeiro de 1996, a vigência do Decreto-Lei n.º 25/93, de 5 de Fevereiro.

2 — É prorrogada por período idêntico ao previsto no número anterior a vigência dos artigos 2.º, 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 46/95, de 3 de Março.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Fevereiro de 1996. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *Maria João Fernandes Rodrigues* — *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*.

Promulgado em 25 de Março de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 27 de Março de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 32/96

de 11 de Abril

O Decreto-Lei n.º 320/95, de 28 de Novembro, aprovou a nova Lei Orgânica do Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social (DRISS) e revogou o estatuto do Departamento de Relações Internacionais e Convenções de Segurança Social (DRICSS), que fora aprovado pelo Decreto-Lei n.º 345/83, de 26 de Julho.

No seu artigo 30.º estabeleceu-se o início da vigência do diploma para o dia 1 de Outubro de 1995, quando é certo que o mesmo apenas veio a ser publicado no dia 28 de Novembro de 1995.

Importa, assim, proceder à alteração do artigo 30.º do dito Decreto-Lei n.º 320/95, de 28 de Novembro, com vista a eliminar a irregularidade decorrente de o diploma iniciar a sua vigência em data anterior à respectiva publicação.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

**Entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 320/95,
de 28 de Novembro**

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 320/95, de 28 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 30.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 1996.»

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Março de 1996. — *António Manuel de Oliveira Guterres*.

res — António Luciano Pacheco de Sousa Franco — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.

Promulgado em 25 de Março de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 27 de Março de 1996.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Anúncio n.º 4/96

O Doutor José Acácio Dimas de Lacerda, juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo, faz saber

que no dia 30 de Junho de 1995 foi instaurado, na 1.ª Secção do Supremo Tribunal Administrativo, por António Alberto Ferreira Alves, militar, residente na Rua do Mercado, Travessa da Quinta do Caixeiro, 1, 2.º, esquerdo, Samouco, Montijo, e outros, correndo termos pela 2.ª Subsecção, sob o n.º 38 125, um processo de pedido de declaração de ilegalidade, com força obrigatória geral, das Portarias n.ºs 734-A/90, de 24 de Agosto, e 189/93, de 8 de Setembro, dos Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças, publicadas, respectivamente, no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 195, e 2.ª série, n.º 211, por violarem o Decreto-Lei n.º 258/90, de 16 de Agosto, e ainda o Decreto-Lei n.º 41 511, de 23 de Janeiro de 1958, que, em consequência, introduziram alterações nos montantes do suplemento de serviço aéreo e na integração dos requerentes, todos pertencentes à classe de sargentos, do grupo do pessoal navegante permanente

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1996. — O Juiz Conselheiro Relator, José Acácio Dimas de Lacerda. — O Oficial de Justiça, Arlindo Mateus de Ascensão.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e Regiões Autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 288\$00 (IVA INCLuíDO 5%)



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICAS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 1092 Lisboa Codex
Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica 1200 Lisboa
Telef. (01)397 47 68 Fax (01)396 94 33
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16 1000 Lisboa
Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94
- Avenida de António José de Almeida 1000 Lisboa
(Centro Comercial S. João de Deus, lojas 414 e 417)
Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco 1000 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07 Fax (01)384 01 32
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 4000 Porto
Telef. (02)31 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 3000 Coimbra
Telef. (039)269 02 Fax (039)326 30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex